

A IMPORTÂNCIA DO MEDIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

ANA PAULA RIBEIRO DOS SANTOS

Faculdade Unyleya

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo principal elucidar a respeito da influência que o mediador escolar proporciona para a inclusão de crianças e jovens que tenham deficiência/transtornos do desenvolvimento em seu processo educacional dentro das escolas, partindo do pressuposto de que quanto mais cedo iniciada essa intervenção, mais benéfico será para o estudante e o seu desenvolvimento na sociedade. Foi utilizada pesquisa bibliográfica a respeito da temática e descrita diferentes possibilidades de atuação e adaptação que o mediador pode utilizar para auxiliar na inclusão dos alunos. Através do desenvolvimento deste estudo é possível observar como crianças incluídas acompanhadas de mediadores conseguem se desenvolver e conquistar autonomia em seu processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Mediador Escolar. Inclusão. Deficiência. Transtornos do Desenvolvimento. Adaptação.

SANTOS, ANA PAULA RIBEIRO; CAMPELO, TALITA DA SILVA. A importância do mediador no processo de inclusão escolar. *Educação Sem Distância*, Rio de Janeiro, n.8, jul/dez. 2023.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo enfatizar como o processo de inclusão escolar pode ser mais proveitoso para o aluno com a presença do mediador lhe acompanhando nas questões pedagógicas e interacionais. Junto do professor regente, o mediador realiza a adaptação dos materiais e executa as atividades planejadas, para isso, é importante que o mediador tenha formação pedagógica.

De acordo com Mitler (2003) a inclusão demanda uma reestruturação em todas as redes escolares e em todos os âmbitos, com a finalidade de garantir que todos os alunos incluídos tenham acesso as oportunidades educacionais, independente das particularidades apresentadas. É preciso que os profissionais sejam especializados para tal, compreendendo as necessidades e particularidades que cada deficiência/transtornos pode apresentar.

Necessário destacar que a inclusão é além da presença física do aluno em sala de aula, Glat e Blanco (2009) ressaltam a informação que é preciso que o aluno faça parte da turma, consiga interagir com seus pares e professores, compreenda as questões pedagógicas e lúdicas, e seja acompanhado por profissionais especializados, para que possam auxiliar no processo de desenvolvimento e aquisição de conteúdos, e também na confecção de adaptações necessárias.

A escolha dessa temática para o artigo é em razão da minha atuação profissional como agente de apoio à educação especial na prefeitura do Rio de Janeiro, atualmente trabalho em um espaço de desenvolvimento infantil e acompanhamento diferentes crianças em seu processo de inclusão.

Esse tema é dedicado a professores, mediadores e profissionais de escolas, e para pais e familiares que possuem crianças em processo de inclusão escolar, o intuito e demonstrar formas que o mediador pode auxiliar na aquisição de conhecimentos das crianças de forma educacional e prazerosa. O trabalho corrobora com os principais teóricos sobre a temática, como Rosana Glat, Emanuelle Freitas, Renata Mousinho, Cristina Mascaro, entre outros, além da legislação brasileira.

O propósito principal desse artigo é esclarecer a função do mediador escolar e a importância dele no processo de inclusão, com base em um breve resgate histórico a respeito da inclusão e mediação, e em seguida demonstrando estratégias que podem ser utilizadas por mediadores junto das crianças com deficiência/transtornos do desenvolvimento para auxiliar na sua inclusão escolar.

As estratégias abordadas nesse artigo podem ser aplicadas por mediadores ou professores dos alunos, além da possibilidade de serem replicadas pelos seus pais e familiares em casa e na família em si, sempre priorizando o desenvolvimento pedagógico e social.

A estrutura do trabalho está organizada em duas etapas, inicialmente é abordada uma síntese sobre a trajetória da educação inclusiva, em seguida explicada a importância do mediador escolar, e quem é esse profissional, posteriormente são descritas formas de atuação do mediador e estratégias pedagógicas para auxiliar na inclusão de alunos com deficiências/ transtornos do desenvolvimento desde a educação infantil até o ensino médio.

Inclusão escolar

A proposta da educação inclusiva com ênfase na educação especial é possibilitar a inserção de todas as pessoas com transtornos de desenvolvimento e/ou deficiências na sociedade, respeitando e valorizando as suas particularidades e conhecimento. Para a efetivação desse objetivo, é necessária uma reestruturação curricular das instituições de ensino, além de ampla compreensão da sociedade. É preciso adaptar materiais, espaço escolar, conteúdos, conceitos e propostas, para melhor entendimento de todos.

Conforme descrito por Baleotti (2006) a deficiência, seja ela qual for, é uma seqüela ou consequência de lesão ou doença, qual afeta o comprometimento de alguma capacidade física, auditiva, visual ou motora e altera um ou mais segmentos do corpo humano.

Os transtornos globais do desenvolvimento são categorizados de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, evidenciando déficits qualitativos na interação social, comunicação e presença de comportamentos restritos, repetitivos e estereotipado. (*American Psychiatric Association*, 2014).

A Declaração de Salamanca (1994) adjacente a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) são dois dos fundamentais documentos quais abordam a educação na perspectiva da educação inclusiva, assegurando a inclusão das crianças com necessidades educativas especiais. A Declaração de Salamanca (1994) destaca que o local das pessoas com necessidades educativas especiais é dentro dos espaços educativos, nas escolas, interagindo, brincando e aprendendo com os seus pares.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) constituiu o princípio de “igualdade e condições para o acesso e permanência na escola” de forma que passou a incluir e valorizar todos os alunos matriculados, independente de suas

especificidades, e a partir desse princípio, começou-se a pensar e elaborar propostas diferenciadas para auxiliar na permanência e aquisição de conhecimentos de alunos que até então não aprendiam da mesma forma que os outros.

Através da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), passou a ser necessária, a partir da comprovação da necessidade mediante laudo médico, a presença de um profissional de apoio escolar para auxiliar as crianças com deficiência/transtornos do desenvolvimento.

Para que tenhamos uma educação inclusiva de fato é preciso que o aluno tenha adaptação necessária diante das suas particularidades e se desenvolva cognitivamente e socialmente. Dessa forma, é provável que a criança obtenha mais sucesso em seu processo de inclusão quando inserida na escola ainda na educação infantil, para isso, a necessidade de profissionais qualificados para atendê-la e elaborar estímulos específicos para desenvolver as capacidades cognitivas.

“Incluir no ensino comum crianças com deficiências ainda pequenas, que terão toda uma vida escolar desenvolvendo-se em um ambiente inclusivo, e, se tiverem suportes adequados poderão alcançar um alto nível de escolarização e desenvolvimento” (GLAT, 2011, página 89).

A aprendizagem é construída por meio da convivência, da interação com outras pessoas e das adaptações que são necessárias para cada ambiente, por isso, a importância de uma intervenção precoce, tendo em vista que, quanto antes a criança for inserida no ambiente escolar, mais ela irá conseguir se desenvolver e interagir com os seus pares. É notório o desenvolvimento de uma criança que é acompanhada desde a educação infantil.

Bolsanello (1998) corrobora com essa ideia quando define os principais objetivos da estimulação precoce, como incentivo para “desenvolver e potencializar, através de jogos, exercícios, técnicas, atividades, e de outros recursos, as funções do cérebro do bebê, beneficiando seu lado intelectual, seu físico e sua afetividade”.

A educação infantil é uma das etapas mais importantes da formação humana, qual possibilita o desenvolvimento psicológico, emocional, social, intelectual e do caráter. De forma que, com a intenção de uma sociedade mais inclusiva, é na educação infantil que isso se deve iniciar da melhor forma possível, pois, as crianças são mais suscetíveis às boas relações em razão de estarem construindo seus conceitos sociais.

Spagnolo, Tedesco e Oliveira (2014) recordam que o desenvolvimento do aluno com deficiência também é influenciado pelo ambiente externo, dessa forma, é imprescindível a capacitação de todos os profissionais da escola.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) esclarece que o Atendimento Educacional Especializado exerce função complementar ao aluno, na medida em que fornece disponibilização dos recursos de acessibilidade e estratégias para a inclusão, participação na sociedade e desenvolvimento no processo de aprendizagem. Esse profissional que atua no atendimento educacional especializado pode ser o professor da sala de recursos multifuncionais, o professor itinerante, o intérprete de libras e o mediador escolar.

Contudo, o atendimento educacional especializado não deve ser o único responsável para ofertar as condições necessárias para o atendimento a esses alunos, é preciso que toda a escola trabalhe em cooperação buscando através de uma ação colaborativa atender de maneira mais eficaz as necessidades de cada aluno incluído.

Por meio de uma pesquisa realizada por Bueno e Meletti (2010) foi possível observar que não há muitas matrículas de crianças com deficiência nas creches, sua concentração maior se dá a partir da pré-escola e ensino fundamental. Esses dados trazem a reflexão sobre a realidade da inclusão qual vivenciamos, em que essas crianças deveriam ser beneficiadas com estímulos para que se desenvolvessem e aprendessem desde o berçário, em creche. O sistema que possui a função de inclusão escolar, se contradiz, no instante em que essas vagas não são informadas, na falta de divulgação sobre a importância da matrícula no início da educação infantil.

Mediador escolar

A procura por mediadores escolares surgiu em virtude da crescente demanda de crianças em processo de inclusão das escolas públicas e particulares. O objetivo principal do mediador é proporcionar autonomia para que a criança possa prosseguir em seu desenvolvimento psíquico, emocional e social.

O mediador escolar é o profissional que, no processo de aprendizagem, favorece a interpretação do estímulo ambiental atribuindo significado à informação recebida e possibilitando a compreensão de regras e princípios, tornando o estímulo relevante e significativo para o aluno com deficiência/transtorno do desenvolvimento.

Freitas (2015) define o mediador como profissional que auxilia e estimula a interação social dos alunos com deficiência/transtornos do desenvolvimento com os seus pares, com os professores, com o suporte pedagógico e lúdico, e com o próprio processo de

aprendizagem. O mediador deve atuar nas áreas de comunicação e linguagem, comportamental e social, contribuindo sempre no desenvolvimento do seu aluno.

Mousinho, Schmid, Mesquita, Pereira, Mendes, Sholl, Nóbrega (2010) esclarecem sobre o papel do mediador escolar na inclusão de crianças e jovens nas escolas, explicando que o mediador deve atuar como intermediário entre o aluno e as situações experienciadas por ele no qual demonstre ter dificuldade de interação ou de executar alguma ação. Dessa forma, o mediador pode auxiliar no processo de desenvolvimento auxiliando nas questões sociais, de comportamento, comunicação e linguagem, tanto nas atividades pedagógicas, quanto nos momentos livres.

Muito se fala sobre a importância do mediador escolar auxiliar o aluno a desenvolver questões que apresente dificuldade em seu processo de ensino aprendizagem, todavia, Freitas (2015) destaca que também cabe ao mediador valorizar quesitos e conceitos quais o aluno já sabe desenvolver, reconhecendo também as suas potencialidades.

Mamedes (2021) destaca que o mediador escolar acompanha o aluno por todos os espaços educativos fornecidos pela escola, ele faz a mediação com os professores, colegas de turma, espaços escolares e atividades pedagógicas, lúdicas e interativas.

Mousinho *et al* (2010) discorrem sobre a formação do mediador escolar, qual, prioritariamente, deve ser relacionada a educação ou a saúde, de forma que pedagogos, psicopedagogos, psicológicos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e fisioterapeutas podem exercer o papel de mediador escolar, mas, destacam que a escolha do profissional deve ser relacionada entre a demanda da criança com a formação acadêmica necessária, como exemplo, caso a criança apresente maior dificuldade na área na comunicação seria indicado um mediador fonoaudiólogo.

Balbino, Silva, Oliveira e Balbino (2021) abordam que o mediador não pode exercer papel superprotetivo em relação à criança, em contextos quais o aluno consegue se desenvolver sem intervenção, deverá ser feito assim, com autonomia. Também ressalva que mediador escolar não é cuidador, há atribuições pedagógicas específicas para o desenvolvimento do aluno incluído.

Moura e Neto (2012) exemplificam o papel do mediador escolar como o profissional que media situações e relações da criança incluída com os seus pares, com professores, e com a rotina em si, com o intuito de reduzir dificuldades e proporcionar o entendimento do que é proposto através da adaptação de materiais e conceitos.

“O mediador é aquele que no processo de aprendizagem favorece a interpretação do estímulo ambiental, chamando a atenção para os seus aspectos cruciais, atribuindo significado à informação recebida, possibilitando que a mesma aprendizagem de regras e princípios sejam aplicados às novas aprendizagens, tornando o estímulo ambiental relevante e significativo, favorecendo o desenvolvimento. O mediador pode levar a criança a detectar variações por meio da diferenciação de informações sensoriais, como visão, audição e outras; reconhecer que está enfrentando um obstáculo e identificar o problema. Pode também contribuir para que a criança tome mais iniciativa mediante diferentes contextos, sem deixar que este processo siga automaticamente e encorajar a criança a ser menos passiva no ambiente” (Mousinho et al., 2010, p. 94).

Cada criança é única, assim como os desafios que irá enfrentar em todo seu processo, e as particulares que já possui em detrimento do capital cultural existente. Dessa forma, o mediador pode utilizar de objetos de apego e/ou rotineiros da criança para iniciar a elaboração de uma rotina e, inclusive, aproveitar os personagens/brinquedos preferidos da criança para ensinar conceitos mais complexos e tornar mais proveitosa a aprendizagem para aquele indivíduo.

Metodologia

Este trabalho possui como objetivo principal discorrer sobre a importância do mediador escolar e a política de educação inclusiva, elucidando a respeito da atuação deste profissional para a inclusão de alunos com deficiência/transtornos do desenvolvimento.

Para a realização desse trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica a respeito da temática da mediação escolar na base SciELO e no google acadêmico, quais posteriormente foram feitas sínteses de cada artigo que se encontram no decorrer deste trabalho.

Posterior a leitura de todos os textos e legislação referente a temática, foi possível refletir como a mediação escolar é um tema pouco abordado no mundo acadêmico, muito se fala sobre a importância de incluir, mas, poucos exemplificam maneiras de incluir e adaptar.

Resultados e Discussões

A necessidade de adaptações de conceitos e/ou materiais vai variar de criança para criança, independente de laudo médico, determinada criança pode ter dificuldade para ficar sentado na rodinha, enquanto apresenta extrema concentração para realizar um desenho com giz de cera. Cada criança reage de uma forma diferente aos estímulos oferecidos.

O mediador escolar deve estar junto da criança incluída em todos os espaços da instituição escolar, acompanhando e auxiliando em seu processo de aprendizagem, estimulando a autonomia e intercedendo quando necessário:

“Cabe ao mediador acompanhar a criança em todos os ambientes da escola, desde a entrada da criança em sala, as aulas, e a saída, priorizando sempre o seu desenvolvimento integral. Assim, em certas circunstâncias o mediador deve começar a se afastar para que a criança possa adquirir a autonomia, e nos momentos precisos retornar a interceder com o objetivo de que ela adquira uma aprendizagem significativa” (VASCONCELLOS e DUTRA, 2018, P 153).

Na educação infantil, em alguns casos, é preciso adaptar certos conceitos e atividades, na forma em que, podem ser utilizados materiais concretos, utilização de materiais em e.v.a. para abordar as formas geométricas, cores e sequenciação, garrafas para trabalhar tamanhos (pequeno, médio e grande), utilização de bolinhas ou carrinhos para trabalhar quantidade, abordagem de brincadeiras do faz de conta, utilizando sempre materiais concretos e o jogo simbólico.

Pensando na educação infantil, em turmas de berçário é possível adaptar o solário fornecendo mais estímulos para que os bebês tenham mais interesse, também é importante que tenha na instituição tapete sensorial, ou, o tapete de sensação por meio de indicação, para que sejam abordadas diferentes texturas e possibilidades de descobertas para os bebês.

No ensino fundamental os desafios se acentuam, de acordo com as novas propostas das escolas, em que a própria rotina escolar passa por muitas modificações, tais como mudanças de sala, presença de um professor para cada matéria, menos flexibilidade, menos tempo de brincadeira e mudanças estruturais. Silva, Mascaro, Canejo e Pinheiro (2013) explicitam que mediante a esta alteração na rotina, cabe ao mediador intervir e explicar verbalmente passo a passo de cada etapa rotineira, ou, por meio da comunicação alternativa,

sobre a rotina e as mudanças que cada dia terá, dessa forma, o aluno passará a compreender melhor as atividades sequenciais diárias.

Vasconcellos e Dutra (2018) falam sobre a importância da utilização de cartões ou imagens de rotina, ilustrando cada etapa do dia da criança, como o momento da entrada, hora da rodinha, atividade, parquinho, aula de dança, aula de educação física, lanche, momento da higiene, saída. Com o apoio das imagens a criança consegue se organizar melhor, e conforme vai obtendo mais conhecimento a imagem pode ser alterada para uma que contenha além da foto, a ilustração escrita correspondente.

Nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio é importante que haja objetividade e simplicidade nas atividades e provas, pois, textos e enunciados muito longos podem se tornar exaustivo e dificultar na atenção, concentração e compreensão. Os conteúdos devem ser apresentados partindo do concreto para o abstrato e, sempre que necessário, adaptados para melhor compreensão do aluno.

Considerações Finais

A escola deve ser um lugar que entenda a pluralidade e diversidade, acolhendo todas as crianças, independente de suas condições físicas e/ou psíquicas. Para que seja realizada uma inclusão escolar efetiva não significa apenas fornecer a matrícula para a criança com deficiência/transtornos do desenvolvimento, é preciso que a mesma participe das atividades, interaja com professores e outras crianças e tenha suas particularidades atendidas.

A inclusão escolar é um tema de muita relevância, e, a preparação do profissional que auxiliará a criança em seu processo de inclusão também, todavia, ainda existe muita dificuldade neste processo, por isso, a necessidade de um estudo contínuo e busca por mais formação acadêmica, conhecimento sobre adaptação escolar e, também a modificação das estruturas escolares para proporcionar acessibilidade para todos os alunos incluídos.

O papel do mediador é fornecer estímulos visuais, auditivos e sensoriais para que a criança/jovem consiga se desenvolver com o seu auxílio e posteriormente sozinho, sem a necessidade da intervenção de um adulto. A criação do profissional mediador escolar foi imprescindível para esse processo de inclusão, na via em que ele é um facilitador para a criança, tornando a trajetória pelo conhecimento muito mais prazerosa, lúdica e adaptada.

O mediador escolar, junto do professor regente da turma devem pensar em propostas e estratégias condizentes com a realidade de cada aluno incluído, valorizando os seus

conhecimentos e adaptando materiais, conteúdos e conceitos para que possam auxiliar o aluno nas temáticas que apresenta dificuldade.

A aprendizagem é construída por meio da convivência, da interação com outras pessoas e das adaptações que sai necessárias para cada ambiente. Uma criança/jovem nunca deve ser julgada pela sua dificuldade, cabe aos profissionais que o cercam reconhecerem o potencial do aluno e auxiliar para que a dificuldade apresentada seja apenas uma barreira na qual juntos possam superar.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014

BALBINO, E. M. S., SILVA, S. G. da; OLIVEIRA, N. C. S. de; BALBINO, E. S. **O Aluno com Transtorno do Espectro Autista e o mediador escolar: um olhar inclusivo**. *Diversitas Journal*, 6(1), 1593–1605. 2021

BALEOTTI, L. R. **Um estudo do ambiente educacional inclusivo: descrição das atitudes sociais em relação à inclusão e das relações interpessoais**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Educação. Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista, Marília, SP. 2006.

BUENO, J. G. S.; MELETTI, S. **Escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil (1997-2006)**. In: Reunião Anual da Anões, 33. Caxambu. 2010.

BOLSANELLO, M. A. **Interação mãe-filho portador de deficiência: concepções e modo de atuação dos profissionais em estimulação precoce**. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB. 9394/1996.

BRASIL, LEI N 13.146. **Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. 2015

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF. Janeiro. 2008.

DECLARAÇÃO DA ONU. **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, 2006.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca – Espanha. 1994.

FREITAS, E. **Mediador escolar – Recriando a arte de ensinar**. 2015. Editora: Wak. 104 páginas

GLAT, R., BLANCO, L. M. V. **Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva**. In: Glat, R (Org). Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras. P. 15-35. 2009.

GLAT, R. **Educação Inclusiva para alunos com necessidades especiais: processos educacionais e diversidade**. In: O uno e o diverso na Educação. Uberlândia. EDUFU. P. 75 – 92. 2011.

MAMEDES, N. O. L. **Educação Inclusiva: Interação de professor e mediador**. Revista Educação Pública, v. 21, nº 25, 6 de julho de 2021.

MITLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed. 2003.

MOURA, S. M.; NETO, E. A. P. **O papel do professor de apoio permanente para alunos com necessidades educativas especiais: reflexões sobre as políticas públicas e suas ações educativas nas salas de ensino regular**. In: Semana da Educação, 2012, Londrina. Anais...Londrina: UEL, 2012.

MOUSINHO, R.; SCHMID, E.; MESQUITA, F. ; PEREIRA, J.; MENDES, L.; SHOLL, R.; NÓBREGA, V. **Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões**. 2010. Revista de Psicopedagogia. Pág.: 92 – 108

SILVA, C. E.; MASCARO, C. A.; CANEJO, E.; PINJEIRO, V.C.S. **Caminhos para a inclusão: Mediação escolar: uma prática de ensino**. VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina. P 1785 – 1792. 2013.

SPAGNOLO, C.; TEDESCO, S.; OLIVEIRA, V. **Currículo adaptado e tecnologias assistidas: apoio ao aprendizado de crianças com necessidades especiais**. Seminário Nacional de Inclusão Digital. 2014.

VASCONCELLOS, I. M. M. V.; DUTRA. F. B. da S. **O papel do mediador escolar para a inclusão de crianças com transtorno do espectro autista na educação infantil**. In: Educação no Século XXI – Volume 13 – Infantil, Média, Tecnológica. Editora Poisson. P 150- 159. 2018.